

MUDANÇA POLÊMICA

Projeto que reduz RPVs é aprovado

Votação havia sido adiada por divergências na base do governo

JULIANA BUBLITZ

Depois de cinco adiamentos consecutivos, foi aprovado ontem o projeto de lei que reduz os gastos do governo gaúcho com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) – como são chamadas as dívidas de menor peso que o Estado tem com pessoas e empresas.

Foram 24 votos contrários e 24 favoráveis, e o presidente da Casa, Edson Brum (PMDB), desempatou a favor do governo. O resultado é alvo de críticas por parte de entidades como o Cpers-Sindicato e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), que anunciou que vai questionar a constitucionalidade da medida no Supremo Tribunal Federal.

Apresentada em regime de urgência, a proposta chegou a plenário em 6 de outubro. Desde então, por divergências na própria base, a votação vinha sendo protelada. Em 3 de novembro, aliados e opositores não registraram presença para forçar o recuo.

Desde então, a cúpula do Piratini deflagrou ofensiva para convencer os parlamentares sobre a importância de mexer nas RPVs.

Com a aprovação, o teto foi reduzido de 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para 10 (R\$ 7,8 mil). O que exceder esse limite se tornará precatório, que tem ritmo de pagamento mais moroso e sem possibilidade de sequestro nas contas do Estado pela Justiça.

Na prática, isso significa que a fila de precatórios vai aumentar, prejudicando credores. Por outro lado, segundo a Secretaria da Fazenda, trará economia aos cofres públicos.



ADRIANA FRANCIOSI

SOB PROTESTOS

OAB já disse que vai questionar a constitucionalidade da lei no STF

ENTENDA O CASO

O QUE SÃO AS RPVs

■ Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são dívidas do Estado decorrentes de processos judiciais. Até agora, eram limitadas a no máximo 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil). O novo limite será de 10 salários (R\$ 7,8 mil). Acima disso, os créditos ganham o nome de precatórios.

■ Ao todo, 99% das RPVs envolvem servidores públicos estaduais ativos, inativos e pensionistas e são de caráter salarial. Mais de 70% delas relacionam-se às Leis Britto (reajustes que não foram cumpridos).

COMO É O PAGAMENTO

■ Desde 2011, por exigência

legal, o governo do Estado destina 1,5% da receita corrente líquida para o pagamento de RPVs. Em 2014, isso correspondeu a R\$ 415,7 milhões.

■ Por lei, as RPVs de até sete salários mínimos (R\$ 5,5 mil) precisam ser quitadas em 30 dias, o que está sendo cumprido.

■ Acima desse valor, devem ser honradas no prazo de até 180 dias, mas, por falta de recursos, os repasses vêm sendo atrasados.

■ Para forçar o pagamento, juízes passaram a determinar o sequestro do dinheiro diretamente das contas do Estado.

■ Com isso, o volume dispendido superou 1,5% da receita, chegando a R\$ 845,7 milhões em 2014.

ROMPIMENTO DE BARRAGENS

Confirmada morte de menina em tragédia em MG

A Polícia Civil confirmou ontem a identificação da quarta vítima da tragédia de Mariana, em Minas Gerais. É a menina Emanuele Vitória Fernandes, 5 anos, moradora do distrito de Bento Rodrigues. A criança havia se soltado da mão do pai quando a família tentava esca-

par do mar de lama. A lista de desaparecidos agora tem 22 nomes e seis mortes confirmadas.

A onda de lama chegou na madrugada de ontem ao município de Colatina, no noroeste do Espírito Santo, depois de passar pelo Rio Gualaxo do Norte, pelo Rio do Carmo e agora está se

deslocando ao longo da calha do Rio Doce. A previsão é de que hoje chegue a Linhares.

A lama é resultado do rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, que ocorreu no distrito de Bento Rodrigues, na zona rural de Mariana (MG).

BOLSA FAMÍLIA

Corte excluiria 905 mil gaúchos

CAIO CIGANA

Caso avance a proposta de cortar R\$ 10 bilhões do Bolsa Família no próximo ano, 905,1 mil gaúchos poderiam ser excluídos do programa. A projeção é do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), elaborada como forma de combater a ideia defendida pelo relator do orçamento de 2016, deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), como opção para o reequilíbrio fiscal. Em todo o Brasil, 23,2 milhões perderiam o benefício, indica a simulação do MDS.

A pasta estima que o número de 905,1 mil pessoas, equivalente a 63,7% do total de beneficiários no Estado, signifique 260,1 mil famílias impactadas. Desse contingente, para 74,7 mil famílias, os reflexos seriam mais graves. A saída do programa significaria a entrada na pobreza extrema, sustenta o ministério.

A cientista política Ana Júlio Possamai, da Fundação de Economia e Estatística (FEE), vê desdobramentos diretos e indiretos caso a proposta seja colocada em prática. A perda da renda teria reflexo econômico negativo nos pequenos estabelecimentos

de comércio e serviços das comunidades onde há um grande número de beneficiários. Além disso, haveria risco de retrocesso na atenção à saúde e aumento da evasão escolar. Para ganhar o Bolsa Família, os responsáveis precisam garantir a frequência escolar das crianças e visitas a unidades de saúde para acompanhamento nutricional e vacinação.

Autora de um trabalho para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o funcionamento do programa, a socióloga Aline Hellmann, pesquisadora do centro de estudos sobre governos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também contesta a iniciativa.

– Impactaria no desenvolvimento humano das próximas gerações. O programa foi apontado pelas Nações Unidas como um dos principais fatores para a retirada do Brasil do mapa da fome mundial. Vários países querem adotá-lo, mesmo que parcialmente – diz Aline.

Segundo o MDS, apenas no Rio Grande do Sul, entre o grupo que poderia ser jogado na pobreza extrema, há 82,4 mil crianças e adolescentes de sete a 17 anos, em idade escolar.

O TAMANHO DO IMPACTO

Excluídos do programa no RS

■ 905.145 pessoas, o equivalente a 63,7%, em 260.197 famílias afetadas

Devolvidos à extrema pobreza no RS

■ 246.984 pessoas, integrantes de um total de 75.152 famílias

LUTO NO JORNALISMO

Morre Sandra Moreyra

Morreu ontem, no Rio de Janeiro, a jornalista da TV Globo Sandra Moreyra, aos 61 anos. Ela lutava contra um câncer no mediastino, região próxima ao esôfago, o terceiro câncer nos últimos sete anos, segundo o jornal O Globo.



Sandra

Com 40 anos de carreira, Sandra participou de coberturas jornalísticas de momentos importantes do país como a morte de Tancredo Neves (1985), a tragédia do iate Bateau Mouche (1988), a chaci-

na de Vigário Geral (1993), o lançamento do Plano Real (1994) e a ocupação do Complexo do Alemão (2010).

Em outubro, anunciou no Twitter que estava novamente com câncer.

– Estou sendo posta à prova. Mais um tratamento pra fazer. Eu amo a vida. E vou em frente.

Sandra era casada, tinha dois filhos, Cecília e Ricardo, e um neto, Francisco. Ela era irmã da jornalista e diretora da GloboNews Eugenia Moreyra.